

**O CONCEITO DE CIDADANIA NA PERSPECTIVA DE MARTA
ARRETCHÉ: BREVE ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PARA AS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADE**

**THE CONCEPT OF CITIZENSHIP FROM THE PERSPECTIVE OF
MARTA ARRETCHÉ: BRIEF ANALYSIS OF THE IMPLICATIONS
FOR PUBLIC POLICIES AND INEQUALITY**

Isabella Steola¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como intuito discutir o conceito de cidadania sob óptica de Marta Arretche, evidenciando a importância da análise da concepção de cidadania para a elaboração, aplicação e acesso dos cidadãos às políticas públicas em prol do combate à desigualdade social no Brasil. Para Arretche (2018), a definição de cidadania possui mais de uma dimensão, indo além da concessão de direitos civis e políticos. Perante o seu entedimento, a cidadania abrange a capacidade ativa de participação dos indivíduos nas decisões que impactam suas vidas, bem como o direito ao mínimo de bem-estar e segurança, consolidado em um acesso equitativo a serviços e oportunidades. Os estudos sustentam a essencialidade de constantes reformas nas políticas públicas para assegurar que todos os cidadãos possam usufruir de seus direitos. A metodologia do presente artigo é qualitativa e analítica, possuindo como base de estudo a análise da produção acadêmica de Marta Arretche sobre cidadania, e políticas públicas. Embora a pesquisa tenha como foco a percepção de Marta Arretche, também serão utilizados outras produções literárias e acadêmicas com o objetivo de colaborar com o desenvolvimento deste estudo.

Palavras-chave: Cidadania, Marta Arretche, Políticas Públicas; desigualdade

ABSTRACT

The present research aims to discuss the concept of citizenship from the perspective of Marta Arretche, highlighting the importance of analyzing the concept of citizenship for the elaboration, application and access of citizens to public policies in favor of combating social inequality in Brazil. For Arretche (2018), the definition of citizenship has more than one dimension, going beyond the granting of civil and political rights. In view of this, citizenship encompasses the active capacity of individuals to participate in decisions that impact their lives, as well as the right to a minimum of well-being and security, consolidated in equitable

¹ Mestranda em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto. E-mail: isabellasteola@outlook.com

access to services and opportunities. Studies support the essentiality of constant reforms in public policies to ensure that all citizens can enjoy their rights. The methodology of this article is qualitative and analytical, based on the analysis of Marta Arretche's academic production on citizenship and public policies. Although the research focuses on Marta Arretche's perception, other literary and academic productions will also be used with the aim of collaborating with the development of this study.

Keywords: Citizenship, Marta Arretche, Public Policies; inequality

1. INTRODUÇÃO

O combate às desigualdades sociais em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva é um tema central nas discussões contemporâneas. Não obstante a maioria dos estudos acerca da desigualdade frequentemente se concentra na dimensão da renda, a análise proposta por Marta Arretche destaca a importância de uma perspectiva mais ampla, que compreenda a cidadania como um conceito multidimensional.

Esse conceito de cidadania enfatiza sua relevância nas relações entre Estados e cidadãos e na formulação de políticas públicas. À luz das ideias de Arretche, a definição de cidadania não se restringe apenas aos direitos civis e políticos, mas também engloba acesso equitativo a serviços essenciais (dimensão do bem-estar) e a participação ativa dos indivíduos nas decisões que impactam suas vidas.

A partir de uma análise do período de 1970 a 2010, será abordado como as desigualdades no acesso a esses serviços impactam o bem-estar social e como as políticas públicas têm moldado essas dinâmicas ao longo do tempo.

Também serão enfatizadas as implicações das disparidades regionais e sociais no acesso a serviços essenciais, enfatizando a necessidade de um olhar crítico sobre a relação entre a riqueza das jurisdições e a disponibilidade de infraestrutura.

Ao final, será feita uma observação a respeito de como a democracia, através da Constituição de 1988, possibilitou a inclusão dos anteriormente excluídos (os "outsiders") na

arena política e alterou o panorama das políticas sociais, oferecendo novos horizontes para a promoção da cidadania e a redução das desigualdades.

2. CIDADANIA E DESIGUALDADE: A DIMENSÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL

Ainda que a maior parte dos estudos centralize a análise da desigualdade sob o enfoque da renda, Arretche (2015) sustenta que a ideia acerca das desigualdades encontra relação profunda com o conceito de cidadania. O motivo dessa relação encontra embasamento na dimensão de cidadania apresentada no séc. XX, segundo a qual o cidadão é possuidor de direitos que o garantem bem-estar e segurança. Além da dimensão referente a renda, ao capital humano e ao capital físico, bem-estar engloba o acesso a bens e serviços indispensáveis a dignidade humana, como o acesso à rede geral de esgoto, à água, à energia elétrica, à serviços de coleta de lixo, à educação e à saúde.

Para a autora, o acesso a serviços fundamentais faz parte de uma esfera independente da renda pois, ainda que as pessoas possuam o mesmos rendimentos, a diferença no acesso aos serviços impactará na qualidade dos padrões de vida. De forma concomitante, considera-se que as diferenças inerentes ao acesso a serviços essenciais são capazes de impactar a renda real, uma vez que a precariedade no acesso a esses serviços faz com que o indivíduo seja levado a usar seus rendimentos a fim de suprir a precariedade. Compreende-se, desta forma, que a cobertura de acesso a serviços essenciais é capaz de impactar tanto o padrão de vida como o padrão de consumo dos indivíduos, ainda que estes possuam a mesma renda.

Embora a associação entre acesso à serviços e renda seja crucial, não é capaz, por si só, de esclarecer as causas que afetam desigualdades de acesso de serviços essenciais. Isso se deve ao fato desses serviços não dependem exclusivamente do poder de compra daqueles que pretendem utiliza-lo (como é o caso de bens e serviços privados) e sim da disponibilidade daquele serviço no espaço territorial onde o indivíduo reside (distribuição territorial dos serviços). Os serviços precisam estar próximos as residências dos indivíduos para que possam usufruí-los.

2.1 O ACESSO A SERVIÇOS ESSENCIAIS NO BRASIL

Arretche (2015) apresenta um estudo sobre as desigualdades no acesso à serviços essenciais no Brasil, entre o período de 1970-2010, tomando como base a territorialidade. Porém, antes mesmo de adentrar na análise territorial, a autora assume que a distribuição territorial dos serviços é influenciada pela riqueza das jurisdições.

Assim, a disponibilidade territorial do serviço possui relação direta com à riqueza da jurisdição. Essa atratividade se deve ao fato de os prestadores de serviço buscarem o retorno financeiro conjuntamente com o potencial desenvolvimento econômico e social oferecido por aquela jurisdição.

Em 1970, a carência de serviços era generalizada, a disponibilização, ainda que mínima, de serviços se concentrava nas regiões Sul e Sudeste, onde alguns municípios produziam riquezas. Ao passar dos anos, a cobertura dos serviços foi demonstrando significativa melhora, porém adotando um claro percurso: a região Sudeste, em especial o estado de São Paulo, caminhava para a universalização de seus serviços já nos anos de 1980, seguida das regiões Sul e Centro-Oeste. As regiões Norte e Nordeste somente experimentaram níveis elevados de cobertura quando os serviços já se encontravam universalizado nos demais regiões (ARRETCHE, 2015).

Os estudos de gráficos e mapas abordados por Arretche (2015), demonstram que o progresso na produção de riquezas de um território tende a ser seguido pela redução do percentual de pobres e pela expansão da cobertura de serviços. Constata-se que a riqueza das jurisdições guarda profunda relação com a expansão das coberturas e a consequente oferta de serviços essenciais, em outras palavras, nos municípios mais ricos a universalização dos serviços precede a expansão dos serviços das demais localidades.

Não obstante os 40 anos compreendidos entre o período estudado apresentarem melhora nas dimensões do bem-estar (acesso a serviços essenciais, renda, capital humano e capital físico) como um todo no território brasileiro, porém, salienta-se, que a desigualdade de riqueza, medida pelo PIB per capita, permaneceu rigidamente estável, à medida em que se experimentou um aumento a desigualdade territorial da concentração de pobres (ARRETCHE, 2015).

Das análises de Arretche (2015) auferimos uma tendência nos municípios que, geralmente, ao experimentar melhora em uma das dimensões de bem-estar analisadas (riqueza da jurisdição, redução da concentração de pobres e ampliação das taxas de coberturas de serviços), possuem maiores possibilidades de progredir nas demais dimensões.

As análises também demonstram que determinadas regiões tiveram acesso a

serviços antes de outras, enquanto as regiões mais ricas já atingiam a universalização dos serviços, as regiões mais pobres mais pobres ainda começavam a experimentar a expansão dos serviços. Verificou-se, também, que entre 1970 e 2010 houve um crescimento de desigualdade entre os municípios brasileiros em relação a concentração de pobreza (pessoas com renda menor que meio salário-mínimo).

2.2 AS CONDIÇÕES URBANAS E HABITACIONAIS

Quando se trata das condições urbanas, Arreche (2015) examina o período de 1960 até 2010, trazendo estudos a respeito do acesso à infraestrutura urbana, coberturas de serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, esgoto e energia elétrica.

No âmbito geral, houve uma melhora considerável caracterizada pelo acesso de melhores condições urbanas, porém, a análise demonstra a persistência de duas questões: (i) determinados serviços essenciais demonstram maior dificuldade de fornecimento do que outros; (ii) desigualdades sociais e regionais afetam o acesso aos serviços essenciais.

Uma análise da tabela de Cobertura de serviços em relação aos diferentes grupos sociais (10% mais ricos e 40% mais pobres), por região metropolitana, apresentada por Arreche (2015), demonstra que a tendência é a redução das desigualdades de cobertura de serviços ao longo do tempo. Os dados expostos na tabela são baseados nas informações do IBGE.

A mesma tabela demonstra que em 2010, enquanto os serviços de energia elétrica e coleta de lixo já haviam atingido a universalização nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Salvador e Belém, o serviço de esgoto permanece desigual, principalmente em Belém, Recife e Fortaleza. A região metropolitana do Rio de Janeiro é o único que ainda apresenta desigualdade no abastecimento de água.

Além de ser o serviço que permanece desigual em todas as regiões metropolitanas analisadas no ano de 2010, ressalta-se que não é possível discriminar, com base nos dados do censo do IBGE, se o tratamento do esgoto é adequado. Segundo as estimativas do Ministério das Cidades em 2010, somente 54% do esgoto coletado em áreas urbanas era devidamente tratado

Em relação aos serviços, a autora enfatiza que há uma diferença no que diz respeito a cobertura do serviço e a qualidade do serviço prestado. Em linhas gerais, quanto

mais distante a região metropolitana se encontra da universalização da cobertura do serviço, maior é a desigualdade na qualidade de prestação desse serviço.

Importante destacar que as reflexões possibilitadas pelo estudo da autora culminam na observação da persistência de três desigualdades: desigualdade entre regiões metropolitanas, desigualdade entre grupos sociais e desigualdade entre serviços. As desigualdades regionais e entre grupos sociais se agregam, produzindo efeitos em relação aos serviços essenciais. Assim, a desigualdade na prestação de serviços é observada entre as regiões metropolitanas e entre grupos sociais de uma mesma região.

3. DESIGUALDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ciente de que a análise da desigualdade guarda profundo vínculo com o conceito de cidadania, uma vez que não há como se falar em desigualdade sem entender que esta possui outras dimensões além da monetária. Sobre a dimensão não monetária, pertinente adentra-se ao estudo de uma das ferramentas utilizadas para medir a relação entre um regime político a desigualdade: as políticas públicas (sejam elas ações governamentais que afetam a distribuição da renda ou do acesso a serviços).

Embora a trajetória das desigualdades não possa ser explicada somente por políticas, mas sim pela combinação entre elas e determinados fatores como mudanças comportamentais, demográficas e forças de mercado, Arretche (2018) concentra sua análise nas dimensões da desigualdade afetadas por políticas públicas sob a perspectiva de identificar se a desigualdade econômica foi reduzida no regime democrático.

Preliminarmente a essa discussão acerca das dimensões da desigualdade e o acesso a aplicação de políticas, convém destacar a utilização dos conceitos “*outsiders*” e “*insiders*” por Arretche (2018) para se descrever diferentes grupos sociais. O termo “*outsiders*” refere-se aos excluídos do acesso a direitos e benefícios, já “*insiders*” refere-se àqueles cujas condições (status social, empregos e renda) permitem, que tenham acesso a direitos benefícios.

Durante os períodos em que se constatou um regime conservador de política social enalteceu a divisão entre “*insiders*” e “*outsiders*”, apenas aqueles que trabalhavam no mercado formal possuíam acesso a aposentadoria e serviços de saúde. Além do mais, “através de um mecanismo de superposição de vantagens, os “*insiders*” acumulavam canais de acesso

às políticas do Estado, direitos dos quais estavam excluídos os “*outsiders*” (ARRETCHÉ, 2018).

Arretche (2018), aduz que a inclusão dos *outsiders* se deu por um mecanismo de duas fases:

A primeira resulta da conjuntura crítica da transição para a democracia. Dela emerge o capítulo social da CF de 1988, que vinculou aposentadorias não contributivas ao valor do salário mínimo, bem como constitucionalizou os sistemas universais e gratuitos de saúde e educação. A segunda fase é resultado de mudanças endógenas associadas à criação de categorias de beneficiários dessas políticas (policies).

Para a autora, a participação eleitoral dos mais pobres somada à constitucionalização de direitos sociais fez com que esses beneficiários (alocados no piso e no meio da escala de distribuição de renda) se transformassem em eleitores empenhados no crescimento de políticas que os amparem. Em suma, os antes excluídos foram alçados ao patamar de beneficiários e, sobretudo, eleitores, fazendo com que os partidos inseridos na competição política convergessem seus esforços nas demandas dessas categorias de beneficiários.

Após uma análise gráfica e do coeficiente de Gini, a autora constata que há explicações complementares à da teoria do governo partidário na história da redução da desigualdade de renda. Nesse momento é o oportuno retomar que, conforme elucidado no tópico anterior, a dimensão não monetária (pautada no acesso a serviços essenciais) impacta na dimensão monetária, na medida que a renda real é afetada pelo gasto com bens essenciais.

Porém, esse impacto faz transparecer outras questões: ao submeter os bens essenciais às condições de renda ou de ocupação, a denominada política social cria o que Arretche (2018) denominou de “mecanismo de fusão de vantagens”, como aquele em que “algumas categorias sociais acumulam ganhos, ao passo que outras acumulam desvantagens”.

Acerca do impacto da dimensão não monetária da desigualdade sobre a renda, a autora se pauta, principalmente, no acesso a serviços de saúde e educação. A combinação entre origem social, educação e renda é um claro mecanismo de fusão de vantagens: um indivíduo de origem familiar provida de escolaridade e acesso à educação tende a ter melhor desempenho educacional que leva o indivíduo a um melhor desempenho dentro do mercado de trabalho, resultando em uma renda superior.

Antes da Constituição de 1988 que incluiu o Sistema Único de Saúde (SUS), o direito à saúde era destinado apenas aos trabalhadores do mercado formal e aos contribuintes autônomos através do sistema do seguro. Nesse sistema, os custos relacionados à assistência

médica eram repassados a toda sociedade através de sua inserção no preço dos produtos, ou seja, até os excluídos do benefício pagavam por ele.

A demanda do acesso à saúde, pautada na necessidade dos indivíduos de se buscar serviços médicos, mostra grande relação com a renda. Estudos demonstram que a população mais pobre tem uma busca maior pelos serviços de saúde por motivos de doença enquanto a população mais rica busca consultas de prevenção. Além disso, “o SUS convive com planos privados de saúde suplementar, o que permite dupla entrada no sistema, favorecendo os estratos sociais de maior renda” (ARRETICHE, 2018). Ademais, quanto menor a renda do domicílio, menor a utilização do SUS.

4. DEMOCRACIA E POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL

Durante o período da evolução democrática no Brasil, houve profunda movimentação contra a desigualdade e a reduzida participação política. Arretche (2017) atribui a politização da desigualdade como característica fundamental da transição democrática brasileira e pondera que essa percepção torna compreensível a elaboração de políticas públicas de inclusão da época.

A Constituição Federal de 1988 foi responsável pelo aumento da participação eleitoral daqueles antes excluídos, o que concedeu poder decisivo a esse grupo durante uma eleição. Os partidos políticos voltaram sua atenção as demandas desses eleitores, o que acabou por incluir políticas universais de saúde e educação. Assim, o que Arretche (2017) denomina “convergência partidária”, motivada pelas preferências dos eleitores, é um fator chave que explica por que a redução das desigualdades tem sido lenta e gradual.

Nesse sentido, o Estado pode ser considerado, concomitantemente, um gerador de igualdade e de desigualdade. Arretche (2017) aduz que essa característica do Estado ocorre “porque suas políticas atingem categorias diferentes de beneficiários e, principalmente, dimensões diferentes da vida de um mesmo indivíduo”.

A inclusão dos denominados “*outsiders*” possui duas fases diferentes: enquanto a primeira fase relaciona-se diretamente com a transição para a redemocratização através da Constituição de 1988, a segunda fase ocorreu em virtude de mudanças internas associadas a criação de grupos de beneficiários de políticas públicas.

Devido ao seu tamanho numérico, esses grupos de beneficiários (agora eleitores graças à Constituição de 1988) se tornaram um importante seguimento no cenário político,

consolidando-se em uma competição política por essa categoria de eleitores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção qualitativa apresentada demonstra que a cidadania está interligada à desigualdade, ressaltando que o bem-estar social transcende a esfera da renda e abrange o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Salienta-se que o acesso a serviços essenciais é uma das dimensões do bem-estar que não se confunde com a renda dos indivíduos. Tal concepção se deve ao fato de que indivíduos com a mesma renda podem ter acesso distinto aos mesmos serviços a depender da territorialidade.

Quando se trata do acesso a esses serviços, destaca-se a influência da riqueza das jurisdições e sua distribuição territorial. Enquanto regiões metropolitanas mais ricas experimentam a universalização da cobertura dos serviços, as regiões mais pobres caminham mais lentamente para a universalização. Nas regiões onde a universalização do serviço está mais distante, maior é a desigualdade de acesso desse serviço entre a classe rica e a classe pobre. Através do estudo de Arretche (2015) é possível aduzir que, apesar dos avanços no acesso a serviços entre 1970 e 2010, a desigualdade de renda, medida pelo PIB per capita, se manteve estável, exacerbando as disparidades territoriais.

No tocante à desigualdade e políticas públicas, a autora introduz os conceitos de "*insiders*" (aqueles que têm acesso a direitos e benefícios) e "*outsiders*" (excluídos), destacando que a transição democrática e a Constituição de 1988 permitiram a inclusão dos outsiders, transformando-os em eleitores e beneficiários de políticas públicas. Essa transformação fez com que a competição política voltasse seus olhares as demandas desses novos eleitores, haja vista seu tamanho numérico e consequente potencial decisivo nas eleições.

Por fim, o presente estudo conclui pela importância da concepção de cidadania sob o aspecto multifacetado, trazendo as dimensões do bem-estar social no tocante ao acesso a serviços essenciais. A promoção do acesso a esses serviços através das políticas públicas é fundamental para que se construa uma sociedade mais justa e inclusiva. O artigo reforça a necessidade de contínuas reformas nas políticas públicas visando garantir que todos os cidadãos possam usufruir de seus direitos e, conseqüentemente, melhorar seu bem-estar social.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James A. (2015), “The rise and decline of general laws of capitalism”. *Journal of Economic Perspectives*, 29 (1): 3-28.
- ALMEIDA, Maria Herminia T. (1995), “Federalismo e políticas sociais”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10 (28): 88-108.
- ANDRADE, Mônica Viegas et al. (2013), “Desigualdade socioeconômica no acesso aos serviços de saúde no Brasil: um estudo comparativo entre as regiões brasileiras em 1998 e 2008”. *Economia Aplicada*, 17 (4): 623-645.
- ARAÚJO, Victor & FLORES, Paulo. (2017), “Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil”. *Revista de Sociologia e Política*, 25 (63): 63-99.
- ARENDDT, Hannah. *O que é política?* 3. ed. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6483956/mod_resource/content/1/ARENDDT%2C%20Hannah.%20O%20que%20%C3%A9%20pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 10.08.2024.
- ARRETICHE, Marta. (2015). Conclusões “As políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades”, in M. Arretiche (org.), *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*, São Paulo, Editora da Unesp/CEM-USP.
- ARRETICHE, Marta. (no prelo), “Conclusion: a half-century of change”, in M. Arretiche (ed.), *Paths of inequality in Brazil: a half-century of change*, Washington, Woodrow Wilson Center

Press.

ARRETICHE, Marta. (2018), *DEMOCRACIA E REDUÇÃO DA DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL. A inclusão dos outsiders**. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, Brasil. E-mail: arretiche@usp.br. DOI: 10.17666/339613/2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Mtx4F43dy9YjLkf9k85Gg7F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10.08.2024.

ATKINSON, A. B. (1970), “On the measurement of inequality”. *Journal of Economic Theory*, 2 (3): 244-263.

ATKINSON, A. B. & BOURGUIGNON, F. (1982), “The comparison of multi-dimensional distributions of economic status”. *Review of Economic Studies*, 49: 183-201.

AUTOR, D. H. (2014), “Skills, education, and the rise of earnings inequality among the ‘other 99 percent’”. *Science*, 344 (6186): 843-850.

BARROS, Ricardo P. de; HENRIQUES, Ricardo & MENDONÇA, Rosane. (2000), “Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (42):123-142.

BARROS, Ricardo P. de et al. (2006), “Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira”. *Econômica*, 8, (11): 117-147.

BARTELS, Larry M. (2008), *Unequal democracy: the political economy of the New Gilded Age*. Princeton, Princeton University Press.

BRADLEY, David et al. (2003), “Distribution and redistribution in postindustrial democracies”. *World Politics*, 55 (2): 193-228.

CAMBOTA, J. N. & ROCHA, F. F. (2015), “Determinantes das desigualdades na utilização de serviços de saúde: análise para o Brasil e regiões. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 45 (2): 219-243.

COMIN, Alvaro. (2015). “Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil”, in M. Arretche (org.), *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*, São Paulo, Editora da Unesp/CEM-USP.

CURI, A. & MENEZES FILHO, N. A. (2006), “O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990”. *Estudos Econômicos*, 36 (4): 867-899.

DRAIBE, S. (1994), “As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84”, in G. D. Soares e C. D’Araújo, *21 anos de regime militar*, Rio de Janeiro, FGV.

ESPING-ANDERSEN, G. (1991), “As três economias políticas do Welfare State”. *Lua Nova*, 24.

FERREIRA, Francisco H. G. et al. (2007), “Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil: uma atualização para 2005”, in R. P. B.

Barros, M. N. Foguel e G. Ulyssea (orgs.), Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, Brasília, Ipea, vol. 2.

FLORES, Paulo. (2017), A política da política do salário mínimo no Brasil. Dissertação de mestrado em ciência política, São Paulo, FFLCH, USP.

GOBETTI, Sérgio W. & ORAIR, Rodrigo Octávio. (s.d.), Distribuição e tributação da renda no Brasil. Novas Evidências a partir das declarações fiscais das pessoas físicas (mimeo).

LEVÍN, Silvia. Debates em torno do conceito de cidadania em sociedades em transformação. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 9, n. 2, p. 119–138, 2004. DOI: 10.5433/2176-6665.2004v9n2p119. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9028>. Acesso em: 10.08.2004.

SIQUEIRA SANTOS, C.; MELO DE MORAIS, E. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO: Entrevista com Marta Teresa Arretche. Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 4, n. 31, p. c26493, 2021. DOI: 10.21680/1982-1662.2021v4n31ID26493. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/26493>. Acesso em: 2024.

SOARES, Sergei S. D. (2010). “O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?”. Revista de Economia Política, 30 (3): 364-380.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

WOLOCH, Regina Fátima. A administração pública democrática: transparente e deliberativa. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba, 2012.

Submetido em 04.10.2024

Aceito em 10.10.2024